

Educação, e que teria o total apoio da Bancada do PFL pelo seu reconhecido valor. Adiante, disse ter sido procurado pelo Senhor Fernando Porto, alve de suas críticas, face o que considerava decisivos impropriedades da mesma quanto a gestão dos barroqueiros. Disse que o referido senhor lhe apresentara provas fundamentadas, provando que não era o culpado na gestão. Abordou e seguiu documento de ISPHAN, solicitando ao Prefeito Municipal, evidências que preservassem o patrimônio tombado do Município, destacando área de Convento e que a Prefeitura cobrisse, tanto o estacionamento de veículos, terminal de ônibus e comércio de ambulantes, e que na realidade o documento federal exigia tais providências. Disse que mediante ação do órgão federal, o Prefeito Ten Saldanha também não poderia ser arbitrário, tentando equacionar a situação através de um completo levantamento das atividades e soluções adequadas, encerrando a seguir sua fala nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encetou a presente reunião em nome de Deus. E, para concluir, mandou que se lavrasse esta Ata que, de ponto de vista, rubricada e aprovada pelo Sr. Presidente, aprovada, bem e assinada, para que produza os seus efeitos legais.

Adilson dos Santos
Presidente
Renê de...

Cita da Vigésima Reunião Ordinária do Primeiro Período Ordinário, do ano de mil e novecentos e oitenta e nove (1989) realizada no dia onze de maio de ano em curso.

Do dezessete do dia onze de maio de ano de mil e novecentos e oitenta e nove (1989), sob a presidência do Senador Jânio dos Santos Mendes, e, com a ocupação da primeira e segunda secretarias pelos Senadores Wilson Rodrigues de Sá e Adalton Pinto de Andrade, reuniu-se ordinariamente a Câmara Municipal de Cabo São João. Além de serem respondidas a chamada nominal e seguintes Senadores: Agui Silva da Rocha, Genes Berto de Siqueira, João Milde Neto, Denom Jardim, João da Costa Gomes, Marcos João Carneiro Jan-

Lanna, Orlando da Silva Pereira, Osman Sampaio da Silva, José Oscar Elias, Jerônimo Pacheco Filho, Wilmar Monteiro, Valfredo Santos da Silva havendo número regimental, o Senhor Presidente, declarou aberta a presente reunião em nome de Deus. A seguir, foi lida e aprovada a Ata da Décima Noná Reunião Ordinária, realizada no dia nove de maio do ano em curso logo após o Senhor Presidente, determinou o teor do Expediente, que compõe do seguinte: Projeto de Lei nº 23189, de autoria do Vereador Orlando da Silva Pereira, não consideradas imunes de corte, pelas mes cascas em que comprovadamente prejudicam o interesse coletivo, as áreas existentes em domínio público, praça, escolas e áreas do poder público municipal; Projeto de Resolução nº 10189, do mesmo autor, fica proibido fumar na Sala das Sessões da Câmara Municipal de Cabo São, nos dias de reuniões das Sessões mas Sessões Ordinárias, Extraordinárias, Requerimento nº 104189, de autoria do Vereador Wilmar Rodrigues de Fátima, dispõe sobre envio de Expediente ao Ilustíssimo Senhor Almir Sampaio, Chefe do Serviço de Iluminação Pública Municipal, solicitando a recuperação das luminárias existentes na Rua José de Souza, Bairro Guanambi, Requerimento nº 105189, da autoria do Vereador Wilmar Monteiro, solicita ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Cabo São, que estabeleça TICKET refeição aos funcionários do Poder Legislativo, Requerimento nº 106189, da autoria do edil Carlos Roberto Nogueira dos Santos, solicita ao Senhor Prefeito Municipal informações sobre a relação habite-se, Indicação nº 91189, da autoria do Vereador Wilmar Monteiro, solicita ao Senhor Prefeito Municipal, entenda no sentido de estabelecer tickets - refeição aos funcionários da Prefeitura Municipal de Cabo São e Indicação nº 92189, de autoria do Vereador Ciren Benno de Siqueira solicita envio de Expediente ao Senhor Prefeito Municipal de Cabo São, com cópia ao Presidente da AMARIA e Diretoria da Sonda, solicitando providências no sentido de desprivatizar o trecho localizado no margem da Praça de Guanambi e entre a Avenida Anunciação e a Rua Constantino Memelau, Bairro Passagem. Terminada a leitura do Expediente, o Senhor Presidente, transpôs os trabalhos ao regimento dedicado aos Oradores Invitados. Deixou a tribuna como primeira orador imemorial o Vereador Carlos Roberto Nogueira dos Santos, iniciando sua fala, disse que embora os esforços do Presidente da Casa, e do Senhor 1º Secretário, o Prefeito continuava sem responder a Requerimentos de sua autoria e devidamente aprovados, com exceção

para os que podia informar-se sobre edifício em construção na Avenida
 Anunciação, supostamente irregular, vem dito mais em sua opinião totalmen-
 te irregular, adiantando que através do seu partido e Ho ASABRIA, estava se-
 levando trabalho a respeito e cujo conclusão apresentaria a Casa. Sabu
 também de Requerimento solicitando informações sobre a contratação de
 residências para o 2º Distrito, nas circunstâncias que envolviam tais medi-
 das da Administração Municipal, também com resposta. Abordou também Re-
 querimento solicitando informações quanto a existência de área de patrimô-
 nio Municipal no Bairro Braga, se existiam tais áreas ocupadas por parti-
 culares e se havia recebido algum tipo de regulamentação através do Poder Pú-
 blico e em que época, também sem resposta. Sabu também de Requerimento
 assinado em conjunto com o Vereador Felix da Costa Gomes, solicitando in-
 formações quanto a contrato celebração pela Prefeitura e o Rural Coloniza-
 ção, para ocupação durante cinquenta anos de terra fora no literal buziame,
 também sem resposta desde o dia seis de abril. Sabu de Requerimento de
 informação dirigido ao Prefeito, ainda no dia seis de abril, solicitando in-
 formações quanto ao início das obras de duplicação da Avenida Teixeira e Sou-
 za, se áreas desapropriadas haviam sido feitas pagamento, também sem
 resposta. Disse que assim, não sabia que relação estava havendo entre o
 Poder Executivo e o Poder Legislativo, visto os Requerimentos de informa-
 ções não serem respondidos, da mesma forma como não tinha conhecimen-
 to de leis que aprovadas pela Câmara, não eram mencionadas ou publicadas,
 como exigia o lei. Disse que com tal comportamento na realidade o Pre-
 feito desconhecia a Câmara, desconhecia o próprio povo, e que não
 podia aceitar deixando o seu protesto, pois exigia respeito a Casa de Leis
 do Município, a Casa do Povo. Proseguiu, disse que quanto aos Requer-
 imentos sem resposta, apenas mencionara os de sua autoria, acreditando
 que com os demais Vereadores ocorreria o mesmo fato, encerrando sua
 fala. O requer ocupou a tribuna o Vereador Wilmair Monteiro, iniciando
 sua fala disse que fatos irregulares aconteciam com tal frequência na
 Administração Municipal que não podia faltar-se ao uso da tribuna e le-
 var ao conhecimento da comunidade tais fatos. Citou como exemplo o fato
 do Senhor Abáncio Borsoina. Alvo, figurar na Informativa da Prefeitura, no
 de número 9, como Secretário para Assuntos Internacionais, quando tal Secre-
 taria não existia no organograma administrativo, e mesmo o Vereador Wilmair

forçada afirmando que o mesmo fora nomeado para arrendar, e que não condizia com o Informativo da Municipalidade, entendendo que mais uma vez era devesa enviada a Câmara Municipal, e mais, ou o Prefeito, enviava a Câmara Membranagem criando tal Secretaria ou então, teria que tornar bem e certo o seu ato de nomeação e que no entanto a Câmara não podia ficar omissa, colada como se nada estivesse acontecendo. Disse que no mesmo Boletim, para sua surpresa aparecia o Balancete do mês de março de 1989, sendo evidente que a Câmara não recebera tal balancete, considerando mais grave o fato de não ser formalmente um balancete, mas sim o resumo do arrecadado e do aplicado pelo Prefeito Municipal, não havendo o detalhamento analítico para ser considerado balancete. Disse que no preâmbulo da Carta vez denominada pelo Executivo, que tais fatos continuassem a acontecer no Município, já havendo comentários na cidade de que a Câmara receberia demissão polêmica e enquadramento do Executivo na Lei 201, o que seria lamentável. Disse ainda que o crime administrativo na Prefeitura era patente com a demissão de dois Secretários de maior elevado gabarito, o Senhor José Roberto Rocha e o Senhor Joel Rocha, o que considerava na verdade uma perda para o Município, e que tais demissões, demonstravam a forma tumultuada como o Prefeito administrava. Falou também de Requerimento de sua autoria, solicitando que o Prefeito informasse por certidão, o valor real dos lotes de propriedade do Senhor Humberto Mediano, e que lamentavelmente, parecendo ser obra do poder, tal requerimento também não fora respondido, embora fosse bastante fácil, bastando consulta ao cadastros, mas todos sabiam que os referidos lotes eram avaliados muito aquém do exigível como valor real, na medida em que o Senhor Humberto Mediano vendia em dezembro do ano passado um lote por quatro milhões de cruzados novos, enquanto o valor real era quinhentos e trinta cruzados, o que era um absurdo e levava aos cofres públicos, encerrando a seguir sua fala. Logo após, ocupou o tribuna o Senador Álvaro Berra de Figueiredo iniciando sua fala, teve comentários sobre o Secretário Municipal de Esportes, o do penca responsável pelo Estádio Carneão, Senhor Evencando Garcia, um dos críticos mais contundentes do Governo do Prefeito Alain Carneiro, mas que ultimamente, chegava ao conhecimento da Câmara, até por comentários que o referido Senhor fazia manipulando as notícias do Estádio da Prefeitura, criam da dos jogos de Campeonato de Futebol de Profissionais do Estado, principalmente

a taxa de iluminação pública, que descontada a importância de duzentos cruzados, não chegava aos cofres da Prefeitura, o que era irregular, ilegal, e ainda, que problemas já haviam ocorrido com o referido senhor, o Presidente do Cabofriense, senhor Almir Carvalho. Prossiguindo, disse ter tomado conhecimento que no governo passado a taxa de iluminação do Estádio era repassada ao Clube como ajuda de Municipalidade Cabofriense, o que não estava ocorrendo atualmente. Diante abordou programa difundido pela Rádio Cabo Frio, quando um determinado cidadão, dizendone do CEPE, afirmou que quando Presidente da Câmara, o Senador Gervileno expulsara os professores da Casa. Continuando, disse o orador que tal afirmativo não correspondia a verdade, pois quando Presidente e no movimento quevirto da classe deu toda apoio, pois que a classe mu-niciá, até o momento em que uma miméria que representava a maioria dos professores, o que era maioria nos movimentos classistas, tentou subverter a ordem da Casa, em detrimento dos Senhores Vereadores, e, que em tal circunstância fora obrigado a fazer valer a autoridade como Presidente do Poder Legislativo do Município de Cabo Frio. Disse que abrigava os professores, deu como apoio toda a estrutura funcional da Casa, colocando a disposição telefones, cozinha e Plenário, mas que tal grupo queria ocupar o Plenário, as cadeiras nos dias de reuniões da Câmara, o que não aceitava, pois ficava comprometido o desenvolvimento dos trabalhos legislativos de interesse do Município. Disse que em primeira vez tentara o diálogo, na medida em que ponderava que os Vereadores não eram mais empregados de uma categoria, mas sim estava a serviço de toda uma população. Disse que numa segunda oportunidade, mesmo buscando a lei, e o acordo com o Presidente da Casa, de que não prosseguiriam com tais atos, voltaram a ocupar os lugares dos Vereadores proibindo os trabalhos da Casa, foi então que com respaldo, mas com sua autoridade, os noturnos da Câmara Municipal em defesa do Poder Legislativo, dizendo mais, que tais atos eram dos professores como classe, mas de um grupo inconstante que ocupava as dependências da Câmara. Disse ainda que em boa fé, acreditava na responsabilidade que recaia nos ombros daqueles que dirigiam a classe, esperando que o bem comum prevaleceria por sobre outros interesses. Prosseguiu, disse esperar também que os ganhos dos professores fossem adiante sua luta, mas não podia espe-

nar que a ordem democrática fosse desrespeitada. Adiante, disse que durante a permanência dos professores na Casa, alguns fatos desagradáveis aconteceram, dizendo que um microfome chegou a ser tapado por uma canoa de banana, e depois o microfome teve o seu cabo cortado, entre outros fatos como tranqueiros, que muito trabalho deu aos funcionários de manutenção da Casa, e mais podia acontecer como testemunha os trabalhadores do Câmara Municipal. Enfatizou que naquela oportunidade o Município assistia o desenvolvimento de uma greve política, tentando beneficiar o então candidato José Bonifácio e que tais professores não representavam a classe, mas sobretudo uma facção política, e mais, que nada tinha contra os professores, mas contra a postura de alguns na Câmara, fazendo ver ao grupo que a atitude da Casa era independente do assunto político, era independente da greve que estava em andamento. Prosseguiu, disse que sobretudo defendia a profissão íntegra, honesta, que respeitavam a sociedade e que eram exemplos para os mais jovens, mas disse: mas, que não podia defender alguns que não tinham respeito pelo próprio peso, e ainda, que não era contra o grupo visto ser oriundo de uma família humilde, com pai estivador, como fora também na sua juventude. Disse que tais fatos, desagradáveis e combingidários, envolvendo, fazia questão de repetir, um grupo de professores, que haviam desrespeitado não ao Senador Genov Berra, mas ao Presidente da Câmara Municipal de Cabo São e as prerrogativas que sustentavam e seu pleno funcionamento, encaminhando a seguir sua fala. Logo após, ocupou a tribuna o Senador Waldemar Rodrigues de Macedo, registrou inicialmente nota do Jornal da Região, destacando a livrea como um bom trabalho de desenvolver os trabalhos da Casa, visto a publicação imediata dos fatos ocorridos na Câmara, e que era motivo de satisfação. Prosseguiu, disse entender que a denúncia se fortaleceria através também de seu parte, lembrando que votara favoravelmente ao Projeto do Tribuna Berra de Senador Carlos Roberto Açoquina dos Santos, e que votara sempre, inclusive mais além, que entendia que a cidadania poderia até apantear o Senador quando da Tribuna, mas que sobretudo exigia, não podia, ser dada para como Senador, quando o mesmo expunha o seu compromisso, o seu comprometimento, mas acatando inclusive o an de debate de alguns frequentadores, pois não era a primeira vez que o Senador Genov Berra usava da Tribuna e era recebido com tais manifestações, mas indenando-o de ser o Senador em acerto ou

não por alguns segmentos da comunidade, mas que o Iriluma da Câmara exigia respeito de todos, e que aquele cidadão que não estivesse satisfeito com o Vereador que se notinasse, mas que não ficasse com ar de desleixo, e que era muito mais decente, pois um homem com a apreço a sua dignidade não tinha tal comportamento para com outro ser humano, principalmente para um Vereador eleito pelo povo. Proseguindo, disse que quanto ao cobrança de verbas e a Requerimentos endereçados ao Senhor Trabalho, havia vindo, podendo garantir que a Bancada do P.F.L estava tomando providências para que as verbas fossem dentro do prazo legal, e tanto era verdade que determinadas funcionários de primeiro e segundo escalão, já haviam duado o Governo, com exceção de Senhor José Roberto que afastara-se por motivos particulares, destacando que as mudanças haviam no governo, devia-se a trabalho da Bancada do P.F.L. Proseguindo disse que mesmo sendo a Bancada do P.F.L. tinha independência bastante para criticar o Governo Municipal, a exemplo dos demais componentes da Bancada. Disse que naquela dia, ao passar pela Rua Raul de Aguiar, precisamente com frente ao número 542, fora surpreendido por deparar com um operário abrigado uma volta para um ônibus. Perguntou ao mesmo se estava autorizado, tanto como respeito que fora um engenheiro da Prefeitura, nem dizer o nome, e que sem sequer identificando-se, determinara a paralisação de trabalho, que por aburdo era para esperar residuo noiturno da residência. Abaixo disse que fora procurado pelo proprietário da obra dizendo que o trabalho estava sendo realizado por funcionários da Prefeitura, mas sabendo-se da Secretaria de Obras ou denuncias Públicas, mas que devida ao adiantado da hora quase do início daquela reunião não pudera acionar a Administração para identificar quem autorizara, mas que no dia seguinte tomara energicas providências quanto ao ocorrido, visto que enfatizava não era Vereador de Rm. de Prefeito Ivo Saldanha, mas sim do povo cabofruense ao qual devia satisfazer no exercício do seu mandato. Disse que assim, tinha o espírito atento para as críticas recebidas, pois era imperativo do função edilícia, e que já mais, possíveis erros do Governo deviam ser esclarecidos, despretendendo a Câmara Municipal. Disse também que no dia em que pediu a sua independência não ficava mais no Casa, encaminhando a seguir sua fala. Não havendo mais crônicas, encerrou o debate. Presidente.

Lamentou-se os trabalhos à tarde de Dia. Nesta etapa foram a-

apreciadas em requerimentos matérias foram encaminhados à Comissão de Constituição e Justiça os requerimentos Projetos Projeto de Lei nº 22/89 e Projeto de Resolução nº 10/89 foram aprovados os Requerimentos nºs 104, 105 e 106/89. Foram aprovados em Sindicância nºs 91 e 92/89 foi encaminhada para discussão a aprovação do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça o Projeto de Lei nº 16/89. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente reunião em nome de Deus. E para constar, mandou que se lavrasse esta Ata que depois de lida, submetida à apreciação plenária, aprovada, porá animada, porá que produza os seus efeitos legais.

Acyra Silva
Walmir Rodrigues

Comissão

Ata da Vigésima primeira Reunião Ordinária do Primeiro Período de Sessões Ordinárias, do ano de mil novecentos e oitenta e nove (1989), realizada no dia dezois de maio do ano em curso.

As dezesseis horas do dia dezois de maio do ano de mil novecentos e oitenta e nove (1989), sob a Presidência do Vereador fânio dos Santos Mendes, e com a ocupação da primeira secretaria pelos Vereadores: Walmir Rodrigues do Tracada e Adailton Pinto de Andrade, reuniu-se ordinariamente a Câmara Municipal de Lagoa Tris. Além desses, responderam a chamada nominal, os seguintes Vereadores: Acyr Silva da Rocha, Aires Bessa